DOLM 09.07.13:Camara_Template 8/7/2013 18:43 Página 1

Ano VII - Nº 4.094

Terça-feira, 09 de Julho de 2013

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO

Projeto de Fabíola regulamenta serviço de rádios alternativas



Foto: Internet

Vereadora promove audiência para discutir as populares rádios poste

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) apresentados na audiência pública, as rádios de linha modulada são a terceira maior mídia de informação e cultura do Brasil. Em Salvador, existem 120 rádios em atuação nos bairros. **Leia mais na página 3**



Foto: Antonio Queirós

DOLM 09.07.13:Camara_Template 8/7/2013 18:43 Página 2

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

Criado pela Lei 4.429 de 19 de novembro de 1991

Presidente:
Paulo Câmara
paulocamara@cms.ba.gov.br

1º Vice-Presidente:
Carlos Muniz
carlosmuniz@cms.ba.gov.br

2º Vice-Presidente:
Isnard Araújo
isnardaraujo@cms.ba.gov.br

3º Vice-Presidente:
Fabíola Mansur
fabiolamansur@cms.ba.gov.br

1º Secretário:
Arnando Lessa
arnandolessa@cms.ba.gov.br

2º Secretário:
Orlando Palhinha
palhinha@cms.ba.gov.br

3º Secretária:
Cátia Rodrigues
catiarodrigues@cms.ba.gov.br

Corregedor Geral:
Geraldo Júnior
geraldojunior@cms.ba.gov.br

Ouvidora Geral:
Aladilce Souza
aladilcesouza@cms.ba.gov.br

Ouvidor Substituto:
Everaldo Augusto
everaldoaugusto@cms.ba.gov.br

Assessoria de Comunicação

Assessor Chefe
Osvaldo Lyra
osvaldo.lyra@cms.ba.gov.br

(71) 3321-3918
(71) 3320-0380 (fax)
www.cms.ba.gov.br
imprensacms@cms.ba.gov.br
imprensacms@gmail.com



www.twitter.com/camarasalvador

TV Câmara Salvador Canal 10 do Sim TV
Câmara Municipal de Salvador Praça Municipal - CEP 40020-010
Salvador – Bahia – Brasil

ISO 9001
BUREAU VERITAS Certification

Marcell Moraes denuncia legalização de tráfico de animais

Vereador acusa governo de permitir a posse e o depósito de animais silvestres de origem ilegal

O vereador Marcell Moraes (PV) realizou denúncia pública do que segundo ele "é um dos maiores retrocessos da política ambiental do país". Marcell se diz espantado com uma resolução da ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, publicada no Diário Oficial da União (DOU).

O vereador afirma que de acordo com a resolução de nº 457 fica autorizado a cada cidadão ter posse e propriedade de até dez animais de origem ilegal. "O documento permite a posse e o depósito de animais silvestres de origem ilegal por qualquer pessoa", descreve Marcell.

Marcell ressalta que, a partir de agora, o Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente) passará a cadastrar os brasileiros interessados em adquirir os animais silvestres que foram resgatados do comércio ilegal. Mas na avaliação do vereador, essa resolução nada mais é do que legalizar o tráfico de animais da fauna brasileira. "Se isso não é legalizar um tráfico, é o quê então?", questiona o vereador.

Na visão de Marcell, a alegação para criar essa resolução é ainda mais grave. A justificativa é de que os órgãos de fiscalização ambiental não dispõem mais de espaço para abrigar a grande quantidade de animais apreendidos do comércio ilegal, pois os Centros de Triagem do IBAMA estão lotados.

Fotos: Valdemiro Lopes



Vereador Marcell Moraes

"Com essa justificativa, o Ministério do Meio Ambiente simplesmente assina um atestado de falência do governo para gerir a fauna brasileira. Esse foi um dos maiores absurdos que já pude verificar em toda minha vida de militância ambiental", desabafa Marcell.

Euvaldo Jorge defende requalificação do Mercado Modelo

Vereador participou de reunião com associação de comerciantes do local

O vereador Euvaldo Jorge (PP) se reuniu na última sexta-feira (5) com o ex-presidente da Associação dos Comerciantes do Mercado Modelo, Nelson Tupiniquim, e demais permissionários, para debater a situação do local que, segundo os comerciantes, está em estado de degradação.



Vereador Euvaldo Jorge

Foto: Internet



As principais queixas referem-se às precárias condições da estrutura física, instalações elétricas e falta de estacionamento para os clientes. O vereador percorreu o prédio e constatou as dificuldades enfrentadas pelos comerciantes que reclamaram, ainda, da queda significativa nas vendas nos últimos meses.

Euvaldo Jorge se comprometeu em levar as reivindicações ao prefeito ACM Neto, juntamente com o vereador Claudio Tinoco (DEM), que também abraçou a causa.

"O Mercado Modelo é um cartão postal da nossa cidade e não podemos permitir que as coisas se deteriorem cada vez mais. Lutaremos pela requalificação do local. Além de estimular o turismo, poderá ser utilizado como mais um espaço de lazer pela população local e o poder público não pode se omitir diante do que estamos vendo aqui. Os comerciantes também precisam de fôlego", afirmou Euvaldo Jorge.

DOLM 09.07.13:Camara_Template 8/7/2013 18:43 Página 3

Regulamentação da rádio poste é debatida na Câmara

Em audiência pública, Fabíola Mansur defende serviço de iniciativa popular

Fotos: Antonio Queirós



Vereadora Fabíola Mansur preside audiência

Dar vez e voz ao povo através das rádios comunitárias. A defesa é da vereadora Fabíola Mansur (PSB), que promoveu uma audiência pública na manhã de segunda-feira (8), para discutir e aperfeiçoar o Projeto de Lei nº 105/2013. De autoria da vereadora, o projeto regulamenta o serviço rádios alternativas de linhas moduladas, popularmente conhecidas como rádio poste.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) apresentados na audiência, as rádios de linha modulada são a terceira maior mídia de informação e cultura do Brasil. Em Salvador, segundo a Associação dos Profissionais em Comunicação – Rádios Comunitárias (Apracom), existem 120 rádios em atuação nos bairros.

A vereadora Fabíola Mansur destacou a importância do projeto de regulamentação da rádio poste, levando informação e promovendo a cultura local aos bairros. "A ideia é que as rádios de linha modulada tenham regulamentação para que não precisem de apadrinhamentos políticos na obtenção do alvará de funcionamento. As rádios comunitárias precisam ser independentes e autônomas. Não existe nada mais legítimo do que uma rádio do povo", declarou Fabíola Mansur.

Entre as regras estabelecidas pelo projeto original da vereadora estão a regulamentação da distância mínima de mil metros entre duas sedes de rádios comunitárias e a proibição do funcionamento perto de escolas, clínicas e hospitais.

Por motivo de segurança, Fabíola Mansur também propõe que as caixas de som destas rádios sejam instaladas nos postes, posicionadas 10cm acima da rede elétrica ou 30cm abaixo, no mínimo. Além desta regra, ficará proibida a instalação das caixas de som em postes que tenham transformadores de energia elétrica de alta tensão.

Sugestões

Para aperfeiçoar o projeto, a vereadora ouviu "os que mais sabem da realidade destas rádios nas comunidades: os radialistas". Paulinho FP, presidente da Apracom; Arailton Conceição, gestor da Rádio Você Comunitária de Santa Mônica; e o pastor Edinei de Menezes, gestor da Rádio MD Alternativa, fizeram sugestões.

Edinei Menezes defendeu que a Prefeitura de Salvador destine uma verba da publicidade, "nem que seja 1% ou 2%, para o patrocínio das rádios comunitárias".

O radialista Noel Tavares propôs que fosse incluída no projeto a proibição de instalações de rádios postes próximas igrejas e cemitérios, além de hospitais, clínicas e escolas, como prevê o texto.

À frente da Apracom, Paulinho FP, acredita que as rádios da comunidade têm que ser tratadas com prioridade. "É sempre importante discutirmos a desburocratização, regularização e apoio, já que as rádios prestam relevantes serviços à comunidade e contribuem para o desenvolvimento da nossa cidade", afirma.

O presidente da Associação de Radiodifusão Comunitárias e Alternativa da Bahia, Oriosvaldo Bulhões, avaliou positivamente a iniciativa da vereadora Fabíola Mansur e está otimista em relação à aprovação do projeto. "Com certeza, vai trazer grandes benefícios para as rádios comunitárias e para a sociedade", declarou.



Radialistas marcam presença no debate público

DOLM 09.07.13:Camara_Template 8/7/2013 18:43 Página 4

Audiência debate inclusão de pessoas em situação de rua

Sílvio Humberto promove encontro nesta terça-feira (9) e amplia a discussão sobre políticas municipais

Discutir as possibilidades de inclusão da população em situação de rua nas diversas políticas públicas governamentais, em articulação com a sociedade civil organizada é um dos principais objetivos da audiência pública intitulada "População em situação de rua: implementação da Política Municipal de Salvador". Requerida pelo vereador Sílvio Humberto (PSB), a audiência será realizada no Centro de Cultura da Câmara, nesta terça-feira (9), a partir das 9 horas.

Os caminhos para efetivar a Política Municipal População em Situação de Rua, instituída pelo decreto municipal 23.836/13, bem como pactuar formas de inclusão da referida população nos diversos serviços públicos, também serão temas abordados durante o encontro.

"É minha função ouvir a população de rua e construir os meios dentro da Casa Legislativa para viabilizar a garantia dos seus pleitos em todas as esferas de poder", afirmou Sílvio Humberto, ao ressaltar a importância de alcançar resultados significativos por meio da audiência.

O evento terá a participação da deputada Maria Del Carmen (PT) e de representantes da Secretaria de Promoção Social e Combate à Pobreza, da Coordenação Nacional do Movimento de População em situação de Rua, da Defensoria Pública e do Ministério Público.

Foto: Valdemiro Lopes



Vereador Silvio Humberto

Veículos de carga e carros-fortes devem ter circulação restrita

Projeto de Trindade visa regular o trânsito e prezar pela segurança dos cidadãos

Preocupado com a desordem na circulação de veículos de carga, o vereador José Trindade (PSL) deu entrada no Projeto de Lei 373/13, que proíbe a circulação de veículos de transporte de produtos químicos considerados nocivos à saúde no período de 6h às 21h, nas ruas de Salvador. A iniciativa pretende inibir a descarga de materiais em vias públicas e os danos causados por veículos de grande porte.

"Muitas das substâncias transportadas por veículos de carga que circulam pela cidade são venenos, tais como cloro e fosgênio. Outras são tóxicas, como amônia. Além das substâncias altamente corrosivas, como o ácido nítrico e o ácido sulfúrico concentrado, sendo a maior parte delas inflamável ou explosiva", explicou Trindade. De acordo com o vereador, com a restrição em horários de grande movimento a fluidez do trânsito seria beneficiada.

Não é apenas com a saúde da população que o vereador Trindade se mostra preocupado, a segurança é tema de outro projeto, o PL 374/13, que proíbe a coleta de numerários, cheques ou valores, pelas empresas de segurança em horário comercial. "A coleta efetuada pelas empresas de segurança representam, constantemente, um risco para a população, quando realizada em horário comercial, período em que há um grande fluxo de pessoas transitando nas ruas. Esta é a oportunidade que os ladrões esperam", comentou Trindade.



Fotos: Internet



Restrição nos horários

Salvador já conta com o Decreto nº 23.975, de 04 de junho de 2013, que prevê o estacionamento de Veículos Urbanos de Carga (VUCs) em via pública enquanto estiverem em processo de carregamento ou descarregamento de animais ou mercadorias. O decreto caracteriza como VUCs os caminhões com largura máxima de 2,20m e comprimento máximo de 6,50m.

As operações de carga e descarga não poderão acontecer nas Zonas de Restrição de Operação de Carga e Descarga (ZRCD) das 6h às 21h, de segunda à sexta-feira e antes das 14h, aos sábados. Já nas Áreas de Restrição de Circulação, os caminhões e tratores não poderão circular das 6h às 10h, de segunda a sábado, de 17h às 20h, de segunda à sexta e das 9h às 20h, aos sábados, domingos e feriados na orla de Salvador.

Foto: Valdemiro Lopes



Vereador Trindade

DOLM 09.07.13:Camara_Template 8/7/2013 18:43 Página 5

Ouvidoria busca apoio para nomeação de professores

Aladilce Souza acredita que parceria com CMDCA traz bons resultados para concursados da SMED

A Ouvidoria da Câmara busca novas parcerias com o objetivo de solucionar o problema dos professores aprovados no concurso da Secretaria Municipal de Educação (SMED). De acordo com a ouvidora geral Aladilce Souza (PCdoB), o encontro na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) no dia (3), trouxe boas perspectivas para os professores aprovados.

"Acompanhamos o caso desde 2012, levamos ao Ministério Público e, agora, ao CMDCA para que esses profissionais tenham seus direitos assegurados e possam trabalhar dignamente. Além de beneficiar os estudantes da rede municipal, para que tenham uma educação de qualidade, direito previsto na Lei 8.069 de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente", destacou a ouvidora.

No encontro, que contou com a presença de representantes da Ouvidoria e da comissão formada pelos aprovados no concurso da SMED e que ainda não foram nomeados, o CMDCA garantiu que o caso será encaminhado a outros conselhos de direitos da cidade e ao Executivo Municipal.

Foto: Lucas Mascarenhas



Professores aprovados em concurso durante reunião

Encaminhamentos

A presidente do CMDCA, Disjane Pereira, afirmou que vai apresentar os dados na reunião ordinária do conselho nesta quarta-feira (10). Ela também pretende levar o assunto ao Executivo Municipal e aos conselhos tutelares. "A ideia é envolver a gestão municipal e entidades que são afetadas por essa situação. Quero acreditar que, ao inseri-las no processo, essa situação possa ser resolvida e nossas crianças não sejam prejudicadas", afirmou.

A representante da comissão dos aprovados, Danielle Matos, aprovou a nova parceria e espera que traga resultados. "Sabemos que o problema não é de resolução imediata e precisamos de todos os parceiros possíveis nessa caminhada. Essa situação é um desrespeito com os concursados e com nossas crianças, que não recebem uma educação de qualidade", ressaltou.

Durante a reunião foram apresentados dados do relatório da APLB-Sindicato dos Trabalhadores em Educação que confirmam a falta de professores em pelo menos 59 escolas de Salvador – dentre 92 pesquisadas. Além disso, a comissão também apresentou evidências de que estagiários estão assumindo turmas sem supervisão e que a SMED continua contratando terceirizados através da Fundação Pierre Bourdieu para a função de professor. Os casos mais graves, de acordo com os integrantes da comissão, são na Educação Infantil e Ciências Sociais, que estão com déficit de docentes, mas não tiveram nenhum aprovado nomeado depois do concurso realizado em 2010.

A Ouvidoria foi representada pela coordenadora técnica Cláudia Correia e pela estagiária de Serviço Social Alana Damasceno.

Tinoco parabeniza panificadores pelo seu dia

Representante do setor, vereador ressaltou a importância da profissão para a economia no país

O vereador Claudio Tinoco (DEM) parabeniza os panificadores pelo seu dia, comemorado na segunda-feira (8). "O panificador mantém a tradição de acordar às 4 horas da manhã para preparar a massa, acender o forno e assar o pão que vai para a mesa de todos", lembra.

Segundo Claudio Tinoco, em Salvador, existem mais de 1.800 padarias que impulsionam a economia da cidade com geração de emprego e renda. "Segundo levantamento feito pelo Instituto Tecnológico de Panificação e Confeitaria (ITPC), o índice de crescimento das empresas de Panificação e Confeitaria em todo o país em 2012 foi de 11,6%, o que representa um faturamento de R$ 70,29 bilhões. Além disso, o setor gerou cerca de 800 mil empregos diretos", ressaltou.

Foto: Assessoria do vereador



No último sábado (6), o vereador Claudio Tinoco participou da celebração pelo Dia do Panificador (8 de julho), em Sauípe, realizada pela Associação dos Proprietários de Padaria da Bahia (APPB). "Renovo o meu compromisso de representação dos panificadores, que são responsáveis pela produção e comercialização do alimento mais importante da mesa dos baianos, empregam tantas pessoas na nossa cidade e movimentam uma cadeia produtiva que se origina na agricultura do trigo, passando pela indústria de alimentos", declarou Claudio Tinoco durante o evento.

DOLM 09.07.13:Camara_Template 8/7/2013 18:44 Página 6

CÂMARA MUNICIPAL

52ª SESSÃO ORDINÁRIA
1º PERÍODO LEGISLATIVO
17ª LEGISLATURA
REALIZAÇÃO: 10 DE JULHO DE 2013 - 14:30 HORAS.

Leitura, Discussão, Votação Ata (2º secretário)
Leitura Expediente (1º secretário)

ATA

49ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 1º PERÍODO LEGISLATIVO DA 17ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2013.

PRESIDENTE: VEREADOR PAULO CÂMARA
1º SECRETÁRIO: VEREADOR ARNANDO LESSA
2º SECRETÁRIO: VEREADOR ALADILCE SOUZA (*ad hoc*)

Compareceram os Senhores vereadores: ALADILCE SOUZA, ALBERTO BRAGA, ALEMÃO, ALFREDO MANGUEIRA, ANA RITA TAVARES, ARNANDO LESSA, CARLOS MUNIZ, CLÁUDIO TINOCO, DAVID RIOS, DRA. FABÍOLA MANSUR, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, ERON VASCONCELOS, EUVALDO JORGE, EVERALDO AUGUSTO (Ausente Licenciado), GERALDO FERREIRA JÚNIOR, GILMAR SANTIAGO, HEBER SANTANA, HENRIQUE CARBALLAL, HILTON COELHO, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, J. CARLOS FILHO, JOSÉ TRINDADE, KIKI BISPO, LEANDRO GUERRILHA, LÉO PRATES, LUIZ CARLOS, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELL MORAES, MOISÉS ROCHA, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO CÂMARA, PEDRINHO PEPÊ, SÍLVIO HUMBERTO, SOLDADO PRISCO, TIAGO CORREIA, TOINHO CAROLINO, VADO MALASSOMBRADO e WALDIR PIRES. Havendo número legal, o Senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a leitura e discussão da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada com a retificação da vereadora Aladilce Souza, para constar que solicitou esclarecimentos sobre a aplicação dos 126 milhões que o Município recebeu decorrentes da venda da folha de pagamento. Em seguida, foi anunciada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Projeto de Decreto Legislativo nº 05/13 da Mesa Executiva; Projetos de Lei nºs 485/13 do vereador Marcell Moraes, 486/13 do vereador José Trindade, 487/13 do vereador Waldir Pires, 488/13 do vereador Tiago Correia e 489/13 do vereador Duda Sanches; Projetos de Resolução nºs 51/13 do vereador Alemão e 52/13 da vereadora Dra. Fabíola Mansur; Projetos de Indicação nºs 486/13 do vereador Marcell Moraes, 487/13 do vereador Euvaldo Jorge e 488/13 do vereador Hilton Coelho; Requerimento nº 208/13 do vereador Tiago Correia e Requerimentos de urgência urgentíssima. Terminada a leitura do Expediente, O Senhor presidente, conforme acordo para inversão da pauta, iniciou a Ordem do Dia. Foram votados e aprovados, até a Redação Final: os Projetos de Lei nºs 45, 47, 181, 184, 195, 195, 198, 220, 224, 228, 240, 245, 333, 348, 350, 351, 356 e 363/13; Projetos de Resolução nºs 08, 23, 29, 36 e 41/13; e Projetos de Indicação nºs 224/11 (contra o voto do vereador Soldado Prisco); 01, 02, 04, 10, 12, 13, 14, 18, 19, 29, 32, 33, 43, 44, 49, 05, 06, 09, 26, 37, 53, 76, 79, 94, 98, 101, 102, 116, 118, 126, 133, 149, 160, 162, 173, 175, 176, 182, 186, 189, 08, 11, 13, 16, 20, 35, 39, 45, 47, 48, 56, 57, 60, 65, 66, 67 e 73/13, ouvido o Plenário quanto a matérias em que os autores não se encontravam presentes e com a ressalva de só se aplicar para Indicações. Em razão de urgência urgentíssima, foi aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 05/13, com relato em Plenário. Houve questões de ordem decorrentes de estar no acordo a Moção nº 27/12, considerada polêmica pelo líder da oposição, que foi refutado pelo autor da iniciativa, vereador Joceval Rodrigues. Foi solicitada ao autor a retirada da Moção do acordo, para votação da pauta e das urgências urgentíssimas. Continuando a votação, foram aprovados os Projetos de Indicação nºs 74, 75, 77, 78, 81, 83, 114, 115, 129, 139, 140, 142, 148, 155, 156, 177, 180, 181, 188, 34, 68, 80/13 (com o voto contrário da vereadora Aladilce Souza), 88, 90, 91, 92, 99, 113, 127, 128, 136, 152, 166, 167, 169, 170, 172, 191, 195, 196 e 221/13; 92/12, 38/13, 46, 121, 122, 123, 145, 163, 164, 198, 199, 205, 206, 207, 227, 231 e 234/13. Substitutivo ao Projeto de Indicação nº 07/13; Projetos de Indicação nºs 73, 91 e 98/12; 36, 41, 54, 59, 69, 93, 105, 109, 110, 111, 125, 132, 135, 143, 146, 154, 161, 165, 184, 187, 197, 200, 201, 202, 203, 204, 211, 213, 216, 217, 220, 223, 225, 228, 229, 232, 236, 237, 254, 255, 258, 261, 275, 276 e 277/13; 96/12; 71, 224, 238, 239, 240, 243, 244, 245, 246, 259, 260, 268, 269, 274, 280, 281, 282, 284, 285, 286, 319, 320, 321, 119, 120, 222, 226, 256, 257, 322, 323, 174, 230, 263, 147, 151, 178, 190, 192, 193, 194, 208, 209, 212, 219, 233, 247, 248, 249, 270, 294, 305, 308, 309, 310, 314, 316, 317, 318, 348, 349, 355, 356, 357, 360, 368, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 386 e 387/13. Após as diversas questões de ordem divergentes, o vereador Joceval Rodrigues concordou em retirar a Moção para inserção em acordo de proposições polêmicas. Foi promulgado o Decreto Legislativo nº 954/13. Foram votados e aprovados as Moções nºs 20 a 24 e 26 a 29 a 38/13; 40 a 46/13 e os Requerimentos nºs 45 a 48/13; 50 a 53/13; 55, 56, 57, 59, 124, 133, 134, 135, 137, 141, 142, 143, 147, 148, 149, 150, 152, 156, 160, 163, 164, 177/13 a 179/13; 182, 184, 185, 188, 189, 190, 192 e 193/13; 197, 198, 200 a 206/13. Deixaram de ser votados os Requerimentos nºs 153 e 162/13, haja vista serem polêmicos. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza ponderou que muitas matérias de Requerimentos estavam sendo objeto de Projetos de Indicação, ocupando a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ. O vereador Kiki Bispo disse que houve Emenda ao Regimento Interno aceitando Indicações como obras, mas doravante não mais seriam aceitas. Na votação das demais urgências urgentíssimas, foi solicitada a leitura das Ementas objeto das urgências, o que foi atendido pelo Senhor presidente Arnando Lessa. Foram, então, discutidos, votados e aprovados pelas urgências urgentíssimas, os Projetos de Lei nºs 75, 299, 343, 399, 445, 456, 459, 460, 461, e 466/13; Projetos de Resolução nºs 07, 19, 42, 43, 44, 47, 48, e 52/13; e Projetos de Indicação nºs 42, 315, 354, 463, 485, e 487/13, com Pareceres em Plenário. Na declaração de votos, o vereador Hilton Coelho manifestou voto contrário ao Substitutivo ao Projeto de Indicação nº 07/13; Projeto de Indicação nº 227/11; Projeto de Resolução nº 41/13; e Projetos de Indicação nºs 13, 171 e 243/13. A vereadora Aladilce Souza declarou voto contrário aos Projetos de Indicação nºs 80, 116, 224, 243 e 270/13; e Moção nº 23/13. A vereadora Dra. Fabíola Mansur registrou voto contrário aos Projetos de Indicação nºs 224/11 e 116/13; e Moções nºs 23 e 27/13. No **Pinga-Fogo**, inicialmente ocupou a Tribuna o vereador Léo Prates, que parabenizou a Casa pela votação. Convocou todos para a Sessão Especial sobre os taxistas, amanhã, às 9h, os quais, nesta cidade turística, fazem o receptivo. Criticou a atuação dos motoristas clandestinos no Aeroporto e no Terminal Rodoviário, prejudiciais à população e aos turistas, pois eles não passam pela rigorosa vistoria dos taxistas para receber alvará. Comentou dois Projetos de Indicação seus: um, em conjunto com o vereador Luiz Carlos Suíca, para que o prefeito reserve área para os taxistas; e outro para que os pontos-de-táxi tenham sanitários químicos. Também comentou Projeto de Lei seu para que haja adoção privada dos pontos-de-táxi, à semelhança do que é feito com praças. Associou-se ao vereador J. Carlos Filho ao Projeto que prevê GPS nos táxis, semelhante a outro, de sua autoria, sobre segurança dos taxistas. Pediu ao vereador Gilmar Santiago que discutisse, em nível de Governo estadual, a segurança pública. Em aparte, associou-se o vereador Leandro Guerrilha, pedindo qualificação para os motoristas de táxi. O orador concluiu comentando sobre Projeto para criar o *Táxi-Turismo*. Em comunicação inadiável, o vereador Hilton Coelho informou manifestação de estudantes e outros segmentos na próxima quinta, às 14h, no Campo Grande. E informou ter participado da manifestação realizada ontem, com, pelo menos, dez mil pessoas, tendo o passe-livre como mote. O vereador Luiz Carlos Suíca lembrou que o passe livre não se reduz apenas aos estudantes, mas alcança toda a população brasileira e comentou o ocorrido no final de semana, em que uma pessoa morreu, sugerindo aos vereadores estarem atentos. Associou-se ao vereador Léo Prates quanto à questão dos taxistas, chamando atenção para que a Prefeitura requalifique os pontos de táxi e também para a exploração das empresas aos profissionais. Em aparte, o vereador Sílvio Humberto lamentou a morte de Carlos Alberto Conceição Júnior, no Nordeste de Amaralina, primo do menino Joel, de dez anos, que morreu em 2010 durante uma ação da 40ª Companhia Independente de Polícia Militar. Sugeriu que o Governo do Estado coloque câmera nas viaturas. O orador parabenizou os rodoviários pelo esforço e comentou a negociação de reajuste salarial dos trabalhadores de limpeza, comunicando reunião amanhã e informando extinção do contrato, em 30 de julho, considerando que, para a renovação, não será possível reajuste. Ressaltou a necessidade de valorização dos trabalhadores. O vereador Gilmar Santiago se solidarizou com as vítimas do Marotinho, Tainá de Jesus Sena, de 22 anos, e seu filho, que morreram soterrados, na segunda-feira. Lembrou que a ocupação do Marotinho aconteceu em 1971, e que depois a população foi retirada da área, mas a reocupou em 1980. Afirmou que foi no local que iniciou sua vida política e morou até 1995. Ressaltou que o Marotinho sempre foi esquecido pelo Poder Público e registrou que sua família também foi vítima de dois desabamentos. Comentou que o prefeito ACM Neto editou 39 Decretos quando assumiu a Prefeitura, mas nenhum deles foi voltado para a prevenção das chuvas. Comentou também o momento de protestos, pelo qual a cidade passa, afirmando a necessidade de construção de um legado social. Sugeriu Comissão para verificar a situação desse e de outros locais, propondo também a participação do prefeito. Em aparte, o vereador Léo Prates registrou a conduta do prefeito, que tem caminhado pela cidade, ao menos três vezes por semana, inclusive aos sábados. Em aparte, o vereador Leandro Guerrilha reforçou a necessidade de Comissão suprapartidária permanente, uma vez que as chuvas acontecem o ano inteiro. O vereador Arnando Lessa considerou altamente produtiva esta Sessão e solicitou cuidado, da Saltur e Casa Civil, que publicam o Diário Oficial do Município. Comentou informação, ontem, da não realização do *Arraiá da Capitá*, por motivos preventivos, mas publicação, hoje, de resumo de contrato no valor de 200 mil reais. Afirmou que, uma vez que o evento foi cancelado, o objeto do contrato é nulo, mas há necessidade de atenção para os deslizes da Saltur, lembrando situação anterior, na contratação da banda Psirico. Anunciou que irá continuar a discussão na próxima semana, informando, inclusive, que a cidade está sem contrato de iluminação pública, desde outubro de 2012, e que, seis meses após a posse do prefeito, ainda não se tem conhecimento de licitação. O mesmo acontece com a limpeza pública. O vereador Cláudio Tinoco também disse estar feliz pela votação, viabilizada pelo acordo para se inverter a ordem da pauta. Lembrou ter acompanhado, quando trabalhava em secretaria estadual, tragédia na Jaqueira do Carneiro causada por deslizamento, não havendo, à época, pessoal e equipamento para atender as necessidades, o que levou servidores e engenheiros a se envolverem no trabalho de socorro. Lembrou também outras tragédias acontecidas no Brasil, como as de Santa Catarina Rio de Janeiro e Nordeste. Contou ter ido com o prefeito, no início do ano, a Nova Constituinte, onde constataram a necessidade de uma ponte e, ante limitações momentâneas, solicitaram a construção de uma estrutura provisória. Disse que as chuvas são naturais, e suas consequências não devem ser minimizadas pelas ações do Poder Público. Lembrou que o *Arraiá da Capitá* foi o principal evento junino. Concluiu se associando ao *São João da Bahia*, do Governo do Estado, pedindo publicidade dos seus contratos, inclusive quanto à perda de efeitos. A Senhora presidente, vereadora Dra. Fabíola Mansur, disse que foi encaminhado à Mesa solicitação para a instalação de Comissão, e pediu que seus membros fossem indicados até o fim da Sessão. Nas **representações partidárias**, o vereador Waldir Pires agradeceu aos pares a aprovação da Indicação que recusa a Emenda Constitucional que reduz competências e prerrogativas do Ministério

DOLM 09.07.13:Camara_Template 8/7/2013 18:44 Página 7

Público. O Ministério Público, desde a Constituição Federal de 1988, passou a ser uma instituição independente, não subordinada a nenhum poder, consoante a democracia plena e um estado livre e justo, atuando na denúncia de crimes de que não se tinha notícias, graças a esse organismo tão importante à democracia, à cidadania, à aplicação dos recursos públicos, ao bem-estar da população e à inclusão mínima do indivíduo. O vereador Tiago Correia registrou pesar pelo falecimento do jovem Linsmar, no Hospital Geral do Estado – HGE, vítima de um AVC, devido à falta de estrutura do hospital. O edil disse que recebeu relato comovente de um médico sobre a falta de estrutura e tratamento compatível ao caso, que ocorreu na UTI do hospital, e que trouxe esta reflexão para mostrar que o mínimo de medicamentos, equipamentos e cuidado faltaram para cuidar do paciente que, infelizmente, veio a óbito. Em aparte, o vereador Odiosvaldo Vigas parabenizou o orador por trazer a realidade das urgências e emergências em nossa cidade, além dos procedimentos de alta complexidade, que requerem atenção diferenciada. Em aparte, o vereador Gilmar Santiago se disse sensibilizado com o caso relatado e que entrou em contato com a Sesab, para que o órgão apresente a versão da direção do HGE, que presta um serviço fundamental em Saúde à cidade. O orador disse que passaria a denúncia ao orador. O vereador Edvaldo Brito iniciou sua fala citando o espanhol Ortega y Gasset: "Eu sou eu e minhas circunstâncias". Afirmou que o País expressa seus sentimentos, revelando três circunstâncias que o envolve: Educação, Saúde e Segurança. Comentou a atuação do deputado federal Antônio Brito, presidente da Confederação Mundial dos Hospitais Filantrópicos e Santas Casas de Misericórdia, para manter e melhorar as condições de trabalho dessas importantes instituições de Saúde. Considerou que a sociedade foi às ruas pedir que os investimentos na Copa fossem para a Saúde. Relatou que o deputado federal Antônio Brito pronunciou-se contra a destinação exclusiva dos *royalties* do petróleo para a Educação, e disse que o secunda nessa atitude, pois há mais de 900 cidades em que as entidades filantrópicas constituem o único atendimento de Saúde, sendo responsáveis por 51% de todas as internações no País, que, sem elas, estaria muito pior. Comentou a postura do ministro da Saúde sobre as causas dos problemas do setor, vendo má gestão e falta de médicos – que ele buscou fora do País – e financiamento público. Considerou não ser simples a questão da falta de médicos, e pediu à Senhora presidente, vereadora Dra. Fabíola Mansur, que, pela Frente Parlamentar de Saúde, desse apoio a esse respeito. A Senhora presidente, vereadora Dra. Fabíola Mansur, lembrou que está havendo coleta de assinaturas para o *Saúde +10*, Projeto de Lei de iniciativa popular sobre financiamento da Saúde. Nada mais havendo, a Senhora presidente Dra. Fabíola Mansur declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para amanhã, à hora regimental. REGISTROS: registro do vereador Heber Santana.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO

EXPEDIENTE DA MESA

ATO N.º 1474/2013 – A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, no uso de suas atribuições, **RESOLVE**:

Nomear para exercer o Cargo em Comissão de Secretario de Gabinete, Classe **CC 50** a Srª. **LUIZA OLIVIA DE SÁ E SOUZA,** cad. 14.832, a partir de 1º de junho de 2013. Salvador, 08 de julho de 2013.

ATO N.º 1475/2013 – A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, no uso de suas atribuições, **RESOLVE**:

Nomear para exercer o Cargo em Comissão de Secretario de Gabinete, Classe **CC 50** a Srª. **SUELI PINTO LUZ ALMEIDA,** cad. 14.833, a partir de 1º de junho de 2013. Salvador, 08 de julho de 2013.

ATO N.º 1476/2013 – A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, no uso de suas atribuições, **RESOLVE**:

Nomear para exercer o Cargo em Comissão de Secretario de Gabinete, Classe **CC 50** o Sr. **ALAN THILDO ASSIS SILVA,** cad. 14.834, a partir de 1º de junho de 2013. Salvador, 09 de julho de 2013.

PAULO CÂMARA
Presidente

ARNANDO LESSA
1º Secretário

ORLANDO PALHINHA
2º Secretário

HOMOLOGO O PRESENTE PARECER.

EM 08/07/2013

PAULO CÂMARA
PRESIDENTE DA CMS

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

PARECER	: Nº 16/2013
MODALIDADE	: Pregão Presencial nº 18/2013
OBJETO	: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos em consultoria para implementação da ISO 9001:2008, compreendendo ampliação de escopo para certificação e acompanhamento do sistema de gestão da qualidade para a manutenção da certificação ISO 9001:2008 da CMS, capacitação de novos Auditores Internos e reciclagem dos antigos, treinamento inicial de gestores e assessoria/coordenação das Auditorias Internas.
ABERTURA	: 28/06/2013 às 14h30min
TIPO DE LICITAÇÃO	: Menor preço
PROCESSO DE ORIGEM	: CMS nº 1114/2013
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO	: Designada pela Portaria nº 7/2013

EMPRESAS QUE RETIRARAM O EDITAL: TORONTO ENGENHARIA LTDA/ ALBANO FALCÃO MOURA CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA.

EMPRESAS QUE COMPARECERAM: TORONTO ENGENHARIA LTDA/ ALBANO FALCÃO MOURA CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA.

Procedida à análise das propostas de preços apresentadas, o pregoeiro resolveu **CLASSIFICAR** as empresas TORONTO ENGENHARIA LTDA e ALBANO FALCÃO MOURA CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA por cumprir com as exigências do edital. Dando continuidade ao certame não houve fase de lances e a empresa ALBANO FALCÃO MOURA CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA foi a que ofertou o menor preço, sendo considerada classificada em 1º lugar. Foi aberto o envelope de habilitação da licitante melhor classificada e procedida à análise da documentação apresentada. O pregoeiro considerou a mesma **HABILITADA**, por atender as exigências editalícias. O pregoeiro considerou a licitante vencedora do certame e adjudicou o objeto desta licitação à mesma, tendo em vista que o preço ofertado encontra-se compatível com os praticados no mercado.

ALBANO FALCÃO MOURA CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA.
END: AV. ACM, Edf. Royal Trade, andar 11, sala 1106- Parque Bela Vista – Salvador/BA.
CNPJ: 02.039.452.0001/02 **I.M.:** 137.808/001-27
TELEFAX: (71) 3359-9731

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.
PRAZO DE PAGAMENTO: Até 08 (oito) dias úteis, após entrega dos serviços.
PRAZO DE ENTREGA DOS SERVIÇOSS: 10 (dez) meses.
VALOR MENSAL DESTA LICITAÇÃO: R$ 4.040,00 (quatro mil e quarenta reais)
VALOR TOTAL DESTA LICITAÇÃO: R$ 40.400,00 (quarenta mil e quatrocentos reais).

É o Parecer. S.M.J.
Em 08 de julhode 2013

ANTÔNIO FERNANDO SALDANHA BARROS
PREGOEIRO

EXPEDIENTE DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA:

PROCESSO(S) DEFERIDO(S):

PROCESSO Nº	: 1257/2013
INTERESSADO (A)	: Lourdes de Sousa

No **RESUMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 46/2013,** publicado no DOL de 05/07/2013, pág.,05

Onde se lê:
DOT.ORÇAMENTÁRIA: 01.031.038.2519-3.3.90.30.000
BASE LEGAL: Art. 25,II, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme Parecer nº 297/2013 da Procuradoria Jurídica

Leia-se:
DOT.ORÇAMENTÁRIA: 01.031.038.2519-3.3.90.30.000 e 01.031.038.2519-4.4.90.52
BASE LEGAL: Art. 24,II, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme Parecer nº 297/2013 da Procuradoria Jurídica

DOLM 09.07.13:Camara_Template 8/7/2013 18:44 Página 8

Centro Cultural apresenta agenda para julho

Programação oferece encontro com escritor e exposição artística

Com o objetivo de enriquecimento artístico da comunidade, o Centro de Cultura da Câmara Municipal apresenta sua programação para o mês julho. Para isso, a biblioteca promove o Encontro com o Escritor, enquanto que o amplo espaço do Centro recebe a exposição do coletivo Art'Nossa.

No dia 18 de julho, será lançado o livro infanto-juvenil "O Sapo Mágico", do escritor João Luis Nunes Costa. O encontro, que inclui a Hora do Conto, contará com a participação de 40 alunos da Escola Estadual Úrsula Catharino, a partir das 14h. O evento visa incentivar os jovens à leitura e aproximar o público leitor do escritor.

Já o Art'Nossa, terá suas obras expostas no foyer do Centro Cultural e segue de 15 até 31 de julho, com rica variedade de objetos artesanais. A exposição contará com material dos seguintes expositores: Guiomar Moncorvo, Ana Procópio, Givaldo Correia, Regina Célia, Maria Ruth Ramos, Marise Aparecida Ribeiro e Hamilton Oliveira, Juçara Silva, João Marcelo Ribeiro, Rosa Maria e Maria Ivoneide Assumpção.

Foto: Valdemiro Lopes



Centro de Cultura da Câmara

O Centro de Cultura, gerido pelo vereador Odiosvaldo Vigas (PDT), oferece programação mensal com o objetivo de aproximar a população de ações de leitura, através da biblioteca, e atividades artísticas.

Vereador comemora veto ao ISS para incorporadoras

Edvaldo Brito argumenta que imposto inviabilizaria empreendimentos populares

O vereador Edvaldo Brito (PTB) festejou o anúncio de veto do prefeito ACM Neto, que derrubará o artigo da Reforma Tributária que institui a cobrança de ISS para incorporadoras imobiliárias na cidade, conforme ele havia proposto em uma emenda ao Projeto de Lei 160/2013. A decisão se deu após o entendimento entre o Executivo e vereadores.

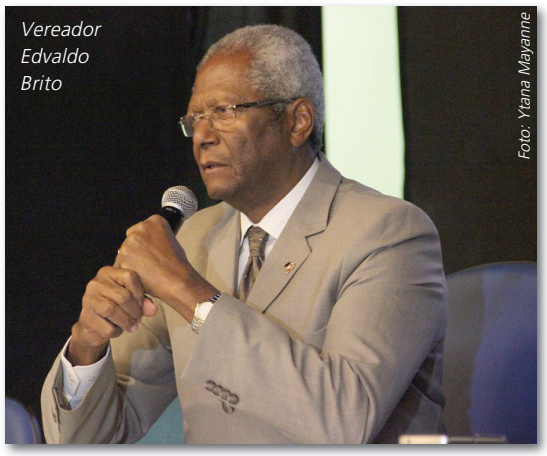
O item que veio incluso na Reforma Tributária havia sido alvo de uma emenda de Brito que o extinguia. O vereador, que também é professor de direito tributário, resolveu agir após o apelo de setores da sociedade e a constatação de que a incidência do imposto seria revertida para o preço final do imóvel, prejudicando principalmente empreendimentos voltados à classe média e aos beneficiários do Minha Casa, Minha Vida.

Compra e venda

"Não estou defendendo nenhuma outra posição senão a da defesa de toda a classe média. Este imposto não teria outro destino. Seria diretamente repassado ao comprador do imovel", justificou. Ao defender sua emenda, o petebista também lembrou que o imposto de 5% sobre o movimento econômico das incorporações supera em muito a tributação federal para o mesmo setor.

Vereador Edvaldo Brito

Foto: Ytana Mayanne



"Estamos falando de uma fase essencial no negócio de compra e venda de imóveis. Se somente esta fase recebesse 5% de ISS seria um escândalo comparado a todos os impostos federais sobre o setor. A presidente Dilma Rousseff reduziu os tributos da União a 4% e isto calculado sobre o que efetivamente o incorporador vai receber. A comparação é esta: um imposto de uma única fase do empreendimento a 5% contra uma cesta de quatro ou cinco impostos federais que a soma não passa de 4%", explicou.

Contando com a anuência de vereadores ligados à base governista, o prefeito decidiu acatar a posição de Edvaldo Brito em sua decisão. Ainda durante o trâmite da reforma na Casa, Brito já havia conseguido aprovar 26 emendas ao projeto. Uma vez decretado, o veto seguirá para a Câmara Municipal, onde deverá ser validado nos próximos dias.